

# Nota Informativa

Edição 172/2023

## DESTAQUES

Cúpula da Câmara avalia mudanças na reforma tributária

Anatel torna públicos documentos preparatórios da revisão do Regulamento de Segurança Cibernética

STF começa a julgar restrição a crédito de ICMS

Lula deve anunciar novas medidas ambientais na COP28, diz Casa Civil

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Internet está em 91,5% dos domicílios e diminui diferença de acesso entre áreas rurais e urbanas, segundo a Pnad

Brasil e mais 27 países firmam declaração para desenvolvimento seguro de IA

Anatel abrirá consulta pública para atualização do Regulamento para Coleta de Dados Setoriais

Inclusão digital das pessoas idosas é tema de projeto aprovado na CDH

Abranet vai lutar na Câmara para diminuir impactos negativos da Reforma Tributária

## REFORMA ADMINISTRATIVA

Ajuste fiscal em 2024 terá de passar por despesas, dizem especialistas

## REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad não descarta fatiar tributária para que seja aprovada

No curto prazo, aprovação da reforma tributária tem efeito sobre expectativas, aponta Appy

Appy: Fundos criados com reforma tributária serão financiados com efeito positivo sobre

arrecadação

Haddad: mérito do governo foi tratar reforma tributária como de Estado

Relator na Câmara, Aguinaldo Ribeiro diz que prefere 'promulgação mais rápida' da reforma tributária

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lula envia ao Senado indicações de Paulo Picchetti e Rodrigo Alves Teixeira para diretorias do BC

## ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Com o PL do "super-ricos" e offshores, o governo busca conter fuga de capital para evitar tributação

A reforma e os regimes aduaneiros especiais

Alíquota do IVA ainda é incógnita após reforma passar pelo Senado

Haddad diz que perseguiria meta de déficit fiscal zero em 2024 mesmo se não estivesse na lei: 'É programática'

Haddad avalia que BC começou a cortar os juros "um pouco tarde": 'Ainda não surtiu efeito'

## ENERGIA E PETRÓLEO

Transição energética e desafios da mudança climática dão o tom da participação da ANEEL no Sendi 2023

## POLÍTICA

Embate entre governo Lula e Congresso por emendas emperra pauta do Executivo

Decisão sobre fatiamento da reforma tem caráter político, não somente técnico, diz Appy

Entidades divergem sobre aprovação da reforma tributária

Após aprovação da reforma tributária, Pacheco vai priorizar três matérias econômicas

## RELAÇÕES EXTERIORES

Haddad planeja oferecer novos instrumentos financeiros na presidência do Brasil no G20

Apex quer fomentar exportação por pequenos negócios em 2024

## DESTAQUES

### Cúpula da Câmara avalia mudanças na reforma tributária

Poder Legislativo | 10/11/2023 – 05h02min

Apesar dos esforços para concluir a análise da reforma tributária ainda neste ano, a cúpula da Câmara ainda não definiu possíveis mudanças que os deputados devem fazer na nova passagem do texto pelo plenário da Casa. Às vésperas de uma semana sem trabalhos por causa do feriado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o relator Aguinaldo

Ribeiro (PP-PB) também não bateram o martelo sobre o calendário da proposta de emenda à Constituição (PEC). A proposta, que já havia sido passado pela Câmara em julho, foi aprovada pelo Senado na quarta-feira. Como sofreu modificações, volta à análise dos deputados. A expectativa é que negociações sejam encaminhadas na próxima semana, quando lideranças, apesar da semana esvaziada na Câmara, devem desembarcar em Brasília para reuniões com Lira e com o relator. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Anatel torna públicos documentos preparatórios da revisão do Regulamento de Segurança Cibernética**

Poder Executivo | 10/11/2023 – 13h42min

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) disponibiliza inteiro teor dos documentos preparatórios que constavam do [processo nº 53500.057799/2021-74](#), que cuida da proposta de revisão do Regulamento de Segurança Cibernética Aplicada ao Setor de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 740, de 21 de dezembro de 2020. O conselheiro diretor Alexandre Freire foi designado em 3 de abril de 2023 como relator da proposta de reavaliação da regulamentação. A partir da presente data o relator torna público o inteiro teor dos documentos preparatórios constante do processo nº 53500.057799/2021-74, nos termos do Acórdão nº 324, de 9 de novembro de 2023 (SEI nº 11117858). Segundo o conselheiro Alexandre Freire, relator da matéria, a disponibilização dos informes e das minutas de Resolução possibilita uma compreensão mais precisa da proposta regulatória em questão. A decisão de publicização dos documentos proferida pela Anatel está aderente as boas práticas regulatórias da OCDE e a Meta 16 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, conforme consta do Acórdão. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **STF começa a julgar restrição a crédito de ICMS**

Poder Judiciário | 10/11/2023 – 14h47min

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar no Plenário Virtual a validade de alterações na Lei Kandir que restringiram compensações de créditos de ICMS. Por enquanto o relator, ministro André Mendonça, foi o único a votar, e negou o pedido dos contribuintes. Os demais ministros têm até o dia 20 deste mês para depositarem seus votos ou pedirem vista, suspendendo o julgamento (ADI 2325, 2383 e 2571). O tema é julgado em ações apresentadas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Comércio (CNC) e Confederação Nacional do Transporte (CNT). As confederações questionam dispositivos da Lei Complementar nº 102, de 2000, que alteraram pontos da Lei Kandir (Lei Complementar nº 87, de 1996). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Lula deve anunciar novas medidas ambientais na COP28, diz Casa Civil**

Poder Executivo | 09/11/2023 – 18h08min

A secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, disse na 5ª feira (9.nov.2023) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve fazer anúncios de novas medidas e programas relacionados à pauta ambiental na 28ª conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP28. Deu a declaração em evento de apresentação dos dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) sobre desmatamento na Amazônia. Segundo o instituto, houve uma queda do desmatamento no bioma de 49,7% de janeiro a outubro deste ano em comparação ao mesmo período do ano passado. Belchior afirmou ainda que Lula viaja no final de novembro aos Emirados Árabes Unidos para participar do

evento e levará os resultados do Inpe, além de apresentar “outros desafios que serão enfrentados pelo governo” e “anunciar outras medidas complementares importantes que estão em elaboração”. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

### **Internet está em 91,5% dos domicílios e diminui diferença de acesso entre áreas rurais e urbanas, segundo a Pnad**

Mercado | 10/11/2023

Os dados são do Módulo de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) da PNAD Contínua, abrangendo o acesso à Internet e à televisão nos domicílios e o acesso à Internet e a posse de telefone celular pelas pessoas com dez anos ou mais de idade. Os números revelam ainda que, de 2021 a 2022, a proporção de domicílios rurais com internet cresceu de 74,7% para 78,1%, enquanto nas áreas urbanas, essa proporção era mais alta, mas cresceu menos: de 92,3% para 93,5%. Conseqüentemente, a diferença entre as proporções de domicílios rurais e urbanos com este serviço era de 40 p.p. em 2016 e caiu para 15,4 p.p. em 2022. O crescimento dessa proporção vem desacelerando, na medida em que se aproxima da universalização. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Brasil e mais 27 países firmam declaração para desenvolvimento seguro de IA**

Poder Executivo | 10/11/2023

Durante o “AI Safety Summit”, organizado pelo governo britânico em Bletchley, representantes do governo brasileiro e de mais 28 representações firmaram uma declaração conjunta se comprometendo a desenvolver políticas públicas em favor do desenvolvimento seguro da Inteligência Artificial em seus mercados. As nações signatárias concordaram com o elevado risco que o avanço sem controle da AI pode oferecer à humanidade. O documento solicita maior transparência por parte de agentes privados engajados nas pesquisas de IA disruptiva, métricas de avaliação apropriadas, ferramentas de testes de Segurança e desenvolvimento de capacidade relevante do setor público e pesquisa científica, baseada em evidências compartilhadas desses riscos visando elevar essa compreensão no contexto de abordagem global ampla em busca de compreender o impacto da IA. Fonte: Softex

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Anatel abrirá consulta pública para atualização do Regulamento para Coleta de Dados Setoriais**

Poder Executivo | 09/11/2023 – 19h33min

Conselho Diretor da Anatel aprovou na quinta-feira (9/11) a realização de consulta pública para a proposta de atualização do Regulamento para Coleta de Dados Setoriais, conforme previsto no item nº 25 da Agenda Regulatória 2023-2024 da Agência. A proposta ficará aberta a contribuições por um período de 45 dias. De acordo com o relator da matéria, conselheiro diretor Alexandre Freire, ao aprimorar a coleta, análise e gestão de informações setoriais de maneira eficaz e transparente, a Agência reforça sua busca por uma regulamentação mais alinhada com as necessidades do mercado, que está em constante evolução. Essa iniciativa proporciona uma base sólida para a tomada de decisões embasadas e estratégicas, impulsionando a competitividade, a inovação e o desenvolvimento de serviços de comunicação que atendam às demandas da sociedade, contribuindo, assim para a construção de um setor sólido e dinâmico. A realização da

consulta pública proporcionará a oportunidade de receber contribuições dos diversos stakeholders do setor de telecomunicações, enriquecendo o processo de revisão e garantindo que a regulamentação seja robusta, coerente e aderente às necessidades atuais do mercado. Além disso, reflete o contínuo compromisso da Agência em assegurar um processo democrático e participativo, fortalecendo assim a legitimidade e a qualidade das decisões regulatórias. As contribuições e os comentários da sociedade serão recebidos, por meio do sistema Participa Anatel. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Inclusão digital das pessoas idosas é tema de projeto aprovado na CDH**

Poder Legislativo | 09/11/2023 – 18h23min

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou o projeto (PL 3.167/2023), de autoria do senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) que prevê estratégias de desenvolvimento das habilidades das pessoas idosas para garantir a capacitação na criação de conteúdos digitais, na comunicação, no uso seguro de ferramentas tecnológicas e na resolução de problemas. O projeto, que altera a recém-criada Política Nacional de Educação Digital (Lei 14.533/2023), segue para decisão final na Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD). Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Abranet vai lutar na Câmara para diminuir impactos negativos da Reforma Tributária**

Poder Legislativo | 09/11/2023

Aprovado no Senado, o texto-base da reforma tributária sobre o consumo volta para a Câmara dos Deputados sem incluir os pleitos da Abranet e de outras associações representativas do setor de tecnologia da informação e internet. Elas defendem a inserção do setor de serviços digitais, de internet, de inovação, de tecnologia da informação e de informática e congêneres na alíquota reduzida em 60% da alíquota padrão prevista no texto. Ao comentar a aprovação no Senado, o diretor da Abranet, Eduardo Parajo, voltou a ressaltar que o impacto negativo será alto para a população, já que o aumento de impostos no setor vai acarretar um aumento dos custos da internet para o usuário final entre 10% e 15%. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **REFORMA ADMINISTRATIVA**

### **Ajuste fiscal em 2024 terá de passar por despesas, dizem especialistas**

Poder Legislativo | 10/11/2023 – 05h

Passada a reforma tributária, e enquanto o governo trata de projetos destinados a elevar a arrecadação, voltaram ao radar as discussões sobre formas de reduzir despesas. Se este ano foi marcado pela ausência de propostas nesse sentido, o mesmo não poderá ocorrer no ano que vem, apontam especialistas. A reforma administrativa é apontada como um dos projetos que vão nessa direção. Na última terça-feira, ao falar das matérias que pretende colocar em votação ainda este ano, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que a reforma administrativa está “ganhando tração”, indicando que pode incluí-la na pauta. A matéria, no entanto, não tem apoio do governo, que é contra a ideia de acabar com a estabilidade no serviço público. Em entrevista recente ao Valor, a ministra de Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, disse que a reforma administrativa será fatiada e não terá viés de ajuste fiscal. O governo apoia, por exemplo, o projeto que acaba com os supersalários, em tramitação no Senado. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)

## REFORMA TRIBUTÁRIA

### Haddad não descarta fatiar tributária para que seja aprovada

Poder Executivo | 10/11/2023 – 15h31min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não se opõe a um fatiamento da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma tributária sobre o consumo. O objetivo maior é o de aprovar a mudança na cobrança de impostos desde que seja mantida a “espinha dorsal” da proposta. Estão entre os itens inegociáveis para a Fazenda que contaram com “apoio massivo” no Congresso, na visão de Haddad: preservação do IVA (Imposto sobre Valor Agregado); desoneração de investimentos; desoneração de exportações; e barateamento dos alimentos. Em entrevista a jornalistas na 4ª feira (8.nov.2023), o ministro havia sinalizado que o que “não for comum” entre Câmara dos Deputados e Senado “fica para outra oportunidade”. A avaliação de Haddad, porém, é que não deve ser necessário fatiar o texto. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### No curto prazo, aprovação da reforma tributária tem efeito sobre expectativas, aponta Appy

Poder Executivo | 10/11/2023 – 11h08min

No curto prazo, a aprovação da reforma tributária tem efeito sobre as expectativas, disse na sexta-feira o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, em entrevista ao Valor. As taxas de juros de longo prazo poderiam estar mais elevadas se não fosse a perspectiva de aprovação dessa mudança, que afetará de forma importante o potencial de crescimento da economia brasileira, afirmou. Os principais impactos da reforma ocorrerão no longo prazo. Estão na simplificação, na redução dos litígios e no fim das distorções que oneram investimentos e exportações e que afetam produção. Só esse último ponto, disse, responde por um aumento de 4 pontos percentuais no potencial de crescimento. O secretário deu dois exemplos de distorções que deixarão de existir com a reforma. O primeiro: a construção de um prédio de concreto armado é mais barata do que a de um prédio com estrutura pré-fabricada, por causa da tributação. Porém, a segunda opção é mais eficiente. Por isso, estima-se que a reforma elevará a produtividade na construção civil em algo como 10%. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Appy: Fundos criados com reforma tributária serão financiados com efeito positivo sobre arrecadação

Poder Executivo | 10/11/2023 – 10h53min

Os fundos que serão criados com a reforma tributária dos impostos que incidem sobre o consumo serão financiados com o efeito positivo sobre a arrecadação das mudanças no sistema de tributação, afirmou o secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy, em entrevista ao Valor na sexta-feira. Ele citou como um exemplo o Fundo de Desenvolvimento Regional, que deverá chegar ao aporte máximo de 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2043. Já a reforma deve aumentar em 0,8% o PIB nesse mesmo período, ou seja, o dobro. Esse é chamado impacto potencial da reforma sobre a economia. Sobre as críticas dos governadores do Sul e do Sudeste ao texto aprovado no Senado, Appy afirmou que a guerra fiscal entre os Estados, como existe hoje, acaba com a mudança da cobrança dos tributos da origem para o destino. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

**Haddad: mérito do governo foi tratar reforma tributária como de Estado**

Poder Executivo | 09/11/2023 – 21h49min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na quinta-feira (9) que a reforma tributária foi construída coletivamente e que o mérito do Poder Executivo para conseguir fazê-la avançar foi tratá-la como um projeto de Estado de não de governo. O ministro ressaltou que a maneira de negociar a reforma servirá de inspiração para trabalhos futuros. “A reforma tributária não é um projeto de governo. Um governo precisa, obviamente, impulsioná-la. Mas acho que um dos grandes méritos dessa reforma é que, apesar de eu ter anunciado como prioridade do meu primeiro ano de gestão, eu nunca tomei ela para o governo”, disse, em participação na Conferência Itaú Macro Vision, na capital paulista. O Senado aprovou na quarta-feira (8) o texto da reforma tributária. Tanto no primeiro quanto no segundo turno o placar foi o mesmo: 53 a 24. A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) exigia o voto de pelo menos 49 dos 81 senadores. Como a PEC passou por mudanças no Senado, terá de voltar à Câmara dos Deputados para uma nova votação. “Eu sempre respeitei as duas Casas que estavam trabalhando, criando uma Secretaria Especial Extraordinária para subsidiar os deputados e senadores com a melhor técnica disponível, mas sem tentar me apropriar do trabalho, que foi coletivo. E esse é um bom paradigma para os trabalhos futuros”, acrescentou. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)**Relator na Câmara, Aguinaldo Ribeiro diz que prefere 'promulgação mais rápida' da reforma tributária**

Poder Legislativo | 09/11/2023 – 21h03min

Após participar, mais cedo, de reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), o relator da reforma tributária na Casa, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou não gostar do termo "fatiamento" e disse que, se houver condição, prefere "partir para uma promulgação mais rápida". Ribeiro participou à noite o Itaú BBA Macro Vision, em São Paulo. A PEC da reforma foi aprovada na quarta-feira, por 53 votos a 24. O deputado reforçou que ainda não recebeu o texto, que está sob revisão técnica no Senado, e evitou, por isso, falar de temas específicos. Ele afirmou, no entanto, que "ao que parece", o Senado manteve os princípios da reforma da Câmara. Lira havia sinalizado anteriormente que o texto vindo do Senado poderia ser aprovado em etapas, priorizando a inclusão na Constituição dos temas em torno dos quais houver consenso entre os deputados. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****Lula envia ao Senado indicações de Paulo Picchetti e Rodrigo Alves Teixeira para diretorias do BC**

Poder Executivo | 10/11/2023 – 08h37min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) encaminhou na sexta-feira (10) ao Senado as indicações do professor de economia Paulo Picchetti e do servidor Rodrigo Alves Teixeira para ocupar duas vagas na diretoria do Banco Central. Lula confirma assim os nomes anunciadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no fim de outubro. A mensagem presidencial com o encaminhamento dos nomes de Picchetti e Teixeira foi publicada na sexta-feira (10) no Diário Oficial da União. Os nomes agora precisarão ser sabatinados e aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Depois, as indicações irão a voto no plenário daquela Casa legislativa. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)

## ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

### Com o PL do “super-ricos” e offshores, o governo busca conter fuga de capital para evitar tributação

Poder Executivo | 10/11/2023 – 10h

Com o objetivo de aumentar a arrecadação para tentar zerar o déficit das contas públicas no ano que vem, o Governo Federal aprovou na Câmara dos Deputados, a taxação dos fundos exclusivos, chamados de “super-ricos”, e as offshores. No Brasil, o PL pretende alcançar os rendimentos das aplicações em fundos de investimentos de maneira uniforme, por meio do “come-cotas” ou da distribuição de rendimentos, amortização ou resgate de cotas, caso ocorra antes. Estarão fora dessa regra apenas os Fundos de Investimento em Participações (FIP), Fundos de Investimento em Índice de Mercado (ETF), com exceção dos ETFs de renda fixa e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). Fonte: Portal do Agronegócio

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### A reforma e os regimes aduaneiros especiais

Poder Legislativo | 10/11/2023 – 05h06min

A reforma tributária relativa ao consumo, consubstanciada na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019, possui como base a instituição do Imposto sobre Valor Agregado (IVA- dual), com a previsão de substituição dos tributos PIS, Cofins e IPI pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), bem como ICMS e ISS ao denominado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), ressaltando que caberá a lei complementar suas respectivas regulamentações, como a exemplo da fixação de alíquotas e definição de base de cálculo. Vale ressaltar que o CBS e IBS vão substituir nas importações o PIS, Cofins, IPI e ICMS, no entanto, os demais tributos incidentes não sofrerão alterações, destacando o Imposto de Importação, adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante e Taxa de Siscomex. Segundo dados do Ministério da Fazenda, a expectativa é que serão fixadas alíquotas entre 25,45% a 27%, o que enquadraria o Brasil em uma das maiores alíquotas do mundo para o IVA, vale dizer, em que pese a reforma tributária prever a não cumulatividade plena e cashback, na prática apenas simplificará o sistema de apuração, com a perda da oportunidade de minoração de alíquotas e efetivamente beneficiar os contribuintes com a redução de carga tributária. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Alíquota do IVA ainda é incógnita após reforma passar pelo Senado

Poder Legislativo | 10/11/2023 – 05h03min

Um dia após a aprovação da reforma tributária pelo Senado, a equipe econômica ainda estima a alíquota do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA). A expectativa, no entanto, é que a cobrança fique próxima dos 27,5% calculados após a aprovação do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Elevação, se houver, será pequena, adiantou uma fonte. A definição da alíquota é um dos principais pontos da regulamentação da reforma, que deve se estender. Técnicos do Legislativo calculam que o processo levará de um a três anos para ser concluído. Há mais de 50 trechos na proposta de emenda à Constituição (PEC) que dependem de leis complementares. Pela versão em debate, o governo terá prazo de seis meses para enviá-las ao Legislativo. Técnicos que acompanham as discussões consideram que o governo precisará se antecipar ao prazo total de 180 dias e concluir as matérias até fevereiro do ano que vem. A avaliação é que o segundo semestre

será de baixa atividade no Legislativo em função das eleições municipais. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Haddad diz que perseguiria meta de déficit fiscal zero em 2024 mesmo se não estivesse na lei: 'É programática'**

Poder Executivo | 09/11/2023 – 20h46min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na quinta-feira (9) que perseguiria a meta de déficit fiscal zero em 2024 mesmo se a diretriz não estivesse prevista em lei. Haddad afirmou que a meta é "programática", ou seja, faz parte de seu programa como ministro. Haddad deu a declaração durante uma palestra em evento sobre os rumos da política econômica brasileira em São Paulo. O tema do déficit zero ganhou repercussão nos últimos dias após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter dito que dificilmente o país vai atingir a meta. A fala de Lula foi recebida no mercado e em setores do Congresso como uma sinalização de que o governo abandonaria o objetivo de zerar o déficit fiscal no ano que vem. No entanto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), enviada pelo governo ao Congresso, prevê que o Executivo feche o rombo das contas públicas em 2024. A fala de Lula foi vista como um relaxamento da política fiscal. Fonte: G1 Globo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Haddad avalia que BC começou a cortar os juros "um pouco tarde": 'Ainda não surtiu efeito'**

Poder Executivo | 09/11/2023 – 19h43min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou na quinta-feira, 9, que o Banco Central (BC) começou a cortar os juros "um pouco tarde" e o ciclo de flexibilização monetária, iniciado em agosto, ainda não surtiu efeito. Durante evento do Itaú BBA, Haddad disse que os cortes de juros poderiam ter começado duas reuniões do Copom antes a um ritmo de 0,25 ponto porcentual. Ele, ao lembrar do argumento defendido na época, observou que a inflação estava caindo mais do que parecia, já que o governo havia reonerado os combustíveis, ao mesmo tempo, em que a atividade começava a dar sinais de desaceleração. "Começou um pouco tarde, poderia começar com 0,25 ponto porcentual duas reuniões antes. Ainda não surtiu efeito", disse Haddad. Fonte: Correio do Povo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **ENERGIA E PETRÓLEO**

### **Transição energética e desafios da mudança climática dão o tom da participação da ANEEL no Sendi 2023**

Poder Executivo | 10/11/2023 – 10h24min

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) conclui na sexta-feira sua participação na edição 2023 do Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica (Sendi). Principal encontro do segmento de distribuição de energia elétrica no país, o evento promovido pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee) está sendo realizado desde o dia 7 em Vitória (ES), sob a coordenação da EDP. O diretor da ANEEL Ricardo Tili representou a Agência durante a abertura do Sendi, na noite de terça-feira (7). Ele também integrou na quinta-feira (9) o painel de debate "Novas tecnologias na distribuição de energia elétrica", com Júlio Shigeaki Omori, superintendente de Smart Grid e Projetos Especiais da Copel Distribuição, e Alberto Oppenheimer, managing director da Google Cloud Latin América Solutions. Nos dois momentos, Tili ressaltou o potencial da inovação no setor elétrico para que o Brasil assuma protagonismo na transição energética: "A transição no setor elétrico já aconteceu há muitos anos: o país possui 87% de sua

potência instalada renovável, com grande expansão das fontes eólica e solar. Agora precisamos dar o passo além, levar essa transição para o setor energético como um todo. Soluções como a eletrificação veicular são fundamentais para promover a descarbonização”, ressaltou o diretor. Fonte: ASCOM ANEEL

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## POLÍTICA

### **Embate entre governo Lula e Congresso por emendas emperra pauta do Executivo**

Poder Executivo | 10/11/2023 – 12h

Um novo atrito entre líderes do Congresso Nacional e o Executivo tem atrapalhado a agenda do governo Lula (PT) no Legislativo. Senadores reivindicam do governo um adicional em emendas parlamentares no valor de R\$ 2 bilhões, sob o argumento de que o ministro Fernando Haddad (Fazenda) teria se comprometido a destinar outros R\$ 4 bilhões à Câmara dos Deputados. O governo nega que tenha feito esse acordo bilionário com a Câmara e tem resistido à pressão para liberar o dinheiro. Sobre a reivindicação dos senadores, afirma não ter sido formalmente informado da demanda. Responsáveis pela articulação política do governo chegaram a consultar Haddad sobre a existência desse acordo com a Câmara, que teria ocorrido na negociação do novo arcabouço fiscal. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Decisão sobre fatiamento da reforma tem caráter político, não somente técnico, diz**

**Appy**

Poder Executivo | 10/11/2023 – 10h20min

Eventual decisão de fatiamento da reforma tributária dos impostos que incidem sobre o consumo deve ser tomada pela Câmara e pelo Senado, porque é uma decisão que tem caráter político, não somente técnico, afirmou o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, em entrevista ao Valor na manhã. A possibilidade de fatiamento foi cogitada primeiro pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e pode ser necessária, caso haja pontos de discordâncias entre as duas Casas. Como a reforma é uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o Congresso só pode promulgar o que for de comum acordo entre as Casas. Segundo Appy, somente itens acessórios podem ser fatiados, ou seja, separados da promulgação e discutidos posteriormente, em outro texto. Ele disse que essa é uma discussão que envolve uma construção política, por isso precisa ser feita pelo Congresso. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Entidades divergem sobre aprovação da reforma tributária**

Poder Executivo | 09/11/2023 – 21h56min

A aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma tributária (PEC 45 de 2019) no Senado reuniu apoios e críticas de entidades e setores. O presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Ricardo Alban, disse na 5ª feira (9.nov) considerar o projeto uma vitória porque “resolverá distorções tributárias e simplificará a vida das empresas”. Na 3ª feira (7.nov), entretanto, a entidade afirmou que quem paga a conta é “sempre” o consumidor e demonstrou preocupação com as exceções do relatório aprovado pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). Segundo a CNI, a “cumulatividade de impostos pesará, sobretudo, no bolso do brasileiro de menor renda”. Em nota, a Unafisco (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal) disse estar preocupada “em

relação à forma como os recursos serão destinados aos Estados e Municípios”. Segundo a organização, “são os trabalhadores que acabarão pagando a conta”. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Após aprovação da reforma tributária, Pacheco vai priorizar três matérias econômicas**

Poder Legislativo | 09/11/2023 – 18h57min

Passada a aprovação da reforma tributária, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), quer avançar com outras três medidas econômicas na Casa até o fim do ano. Pacheco comunicou a aliados, na quinta-feira (9), que vai dar prioridade às matérias que tratam da regulamentação das apostas esportivas, tributação dos fundos offshore e exclusivos e legalização dos jogos de azar. Apesar de ter sido anunciado como relator do projeto de lei (PL) dos fundos offshore na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ainda não foi formalizado na função. Pacheco garantiu que vai fazer o despacho da matéria na próxima semana para o texto ser efetivamente encaminhado ao colegiado e, em seguida, ao relator. Alessandro já tem tratado do assunto de maneira informal. Na segunda-feira (6), ele teve uma reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e auxiliares para discutir o seu relatório. Segundo uma fonte da pasta, Alessandro afirmou que deve evitar mudanças em relação ao texto que veio da Câmara para acelerar a tramitação. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **RELAÇÕES EXTERIORES**

### **Haddad planeja oferecer novos instrumentos financeiros na presidência do Brasil no G20**

Poder Executivo | 10/11/2023 – 12h33min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o Brasil, ao assumir a presidência do G20 em dezembro, vai querer colocar o tema da sustentabilidade em pauta. Outro tema que deve ser prioridade do Brasil é a criação de novos instrumentos financeiros pelo grupo. "Queremos, na nossa presidência do G20, não apenas aporte de recursos das nações desenvolvidas, mas oferecer novos instrumentos financeiros", disse durante participação virtual no Fórum dos Governadores da Amazônia Legal. "Temos que retomar o processo de globalização, mas não nos termos que ela se deu; queremos uma globalização que coloque na ordem do dia a questão social e ambiental", completou o ministro. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Apex quer fomentar exportação por pequenos negócios em 2024**

Poder Executivo | 10/11/2023 – 06h

Um dos objetivos da ApexBrasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) para 2024 é fortalecer o atendimento e capacitação de pequenos negócios para inseri-los no mercado de comércio exterior. “As empresas que queiram exportar não se acanhem de procurar a Apex, porque nós vamos estar mais habilitados para apoiar seja quem for que queira”, declarou o presidente da agência, Jorge Viana, em entrevista ao Poder Empreendedor. É esperado que um convênio com o Sebrae seja formalizado ainda em 2023 para aprimorar os programas voltados às MPMEs (micro, pequenas e médias empresas). Viana disse já ter conversado com o presidente da entidade, Décio Lima, sobre o tema. Ainda não há um orçamento definido para a parceria. Outra expectativa é estar mais alinhado ao governo, especialmente o Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e

Comércio Exterior), para aumentar o fluxo de comércio exterior no Brasil. O chefe da agência falou em “estar 100% melhor ajustado com o governo”. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF  
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: [foco@foco-legislativo.com.br](mailto:foco@foco-legislativo.com.br)